



TEORIA DO ESPAÇO: CRÍTICAS NUMA ABORDAGEM MARXISTA

Fátima Crislaine Batista Rocha ¹
Victor Andrade Silva Leal ²

RESUMO

Para investigar o que é a produção do espaço geográfico é preciso questionar não o que é a produção, mas sim, o que é mesmo o espaço. Em que consiste materialmente esse termo? Em meio a infinitudes de interpretações contemporâneas sobre a produção do espaço, é essencial a relação entre teoria e método, e aqui resgatamos o marxismo, sob a epifania da realidade concreta. Ainda que seja uma busca por discernimento teórico na Geografia, fazemos um debate introdutório prosseguindo com questões levantadas por Neil Smith (1988) sobre o espaço no modo de produção capitalista. E o que podemos afirmar é que esse artigo é apenas uma fissura encontrado para romper o autômato acadêmico e começar a elucidar sobre este tema.

Palavras-chave: Epistemologia da Geografia, Espaço geográfico, Produção do espaço, Marxismo.

ABSTRACT

To investigate what the production of geographical space is, it is necessary to question not what the production is, but what the space really is. What does this term materially consist of? In the middle of countless contemporary interpretations of the production of space, the relationship between theory and method is essential, and here we rescue Marxism, under the epiphany of concrete reality. Although it is a research for theoretical insight in Geography, we do an introductory debate proceeding with questions raised by Neil Smith (1988) about space in the capitalist mode of production. And what we can say is that this article is just a fissure found to break the academic automaton and begin to elucidate this topic.

Key Words: Epistemology of Geography, Geographical space, Marxism, Production of space.

INTRODUÇÃO

Este artigo é produto do aprofundamento teórico e elo entre duas pesquisas científicas de mestrado que possuem compreensões afins sobre a “produção do espaço” na ciência geográfica. Tem por objetivo maior compartilhar conhecimentos neste evento ENANPEGE 2021 e construir produtivos debates iniciados entre dois grupos de pesquisa, o grupo

¹ Mestra em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, docente do curso de graduação em Geografia da mesma e professora do município de Vitória da Conquista - BA, fatimarochoa0888@gmail.com;

² Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, docente do curso de graduação em Geografia da mesma e professor do município de Barra do Choça - BA, victor.leal_geo@yahoo.com.br.



“Trabalho, mobilidade e produção do espaço na relação campo cidade” e o grupo “Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais - UFS” sediados comumente ao Laboratório de Estudos Agrários e Urbanos - LEAU da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB.

O tema foi a propósito escolhido pensando não em respostas prontas dos participantes deste fortuito encontro, e nem dos autores deste artigo, mas de estender dessa qualidade de compartilhamento de pesquisas o resgate de questões introdutórias sobre teorias, atreladas às condições da totalidade, característica do método do materialismo histórico e dialético. Teoria e método, dessa forma, não se separam, e na ciência geográfica é necessário, para que haja um desenvolvimento epistemológico, a priori, uma apreensão do desenvolvimento da materialidade.

Assim, este artigo é voltado a questionar de modo simples, não o que é a produção, mas sim: O que é mesmo o espaço? O que faz o espaço ser inerente ao termo produção? Como o espaço é geográfico? Como o espaço é social? Esses termos são sinônimos ou díspares?

Essas questões foram inicialmente discutidas ao debater os conceitos de trabalho e da valorização do espaço em Rocha e Leal (2020), em que foi realizada um diálogo entre a teoria marxista e as abordagens espaciais particulares da geografia. Mas mesmo com este pontapé inicial, as perguntas mais essenciais sobre o espaço ainda precisam ser aprofundadas.

Parece que quanto mais simplificada é a pergunta, mais complexa é a possibilidade de uma resposta. Nessa relação aquém de filosófica, a única certeza que pode ser afirmada é a realidade material, a via de condução da veracidade e relevância de um conhecimento. Senão, as pesquisas estariam perdidas numa simples relação de causa e efeito dos discursos.

Logo, se vê a responsabilidade do método e o constante questionamento das categorias para produzir teoria, pois ambos, método e teoria, não limitam à escolhas pessoais, nem perduram numa visão ideal, e se os assim direcionam, supostamente acontecem desvios arbitrários do conhecimento, e por consequência, à círculos viciosos acadêmicos que perdem propósitos construtivos na epistemologia, estabelecendo na ciência geográfica uma relação contraditoriamente fugaz da relação real entre sociedade e natureza.

Ao deparar com o conceito de produção do espaço, o questionamos no viés da teoria marxista, sem separar das condições concretas do modo de produção capitalista ao qual se vive. Sabe-se que essa tarefa constante e introdutória, de longe conseguirá ter um êxito satisfatório, visto que carece de explicações e pesquisas históricas mais concisas.



A finalidade do artigo, dessa forma, é a atualização do debate e das possíveis questões surgidas, é introduzir, ainda que brevemente, uma abordagem sobre os conceitos que envolve o espaço na sociedade capitalista.

METODOLOGIA

Essa pesquisa teve por base o questionamento do trabalho em si que surgiu na realidade das pesquisas de campo sobre a modernização da produção de café em Vitória da Conquista e Barra do Choça – BA e o trabalho na relação de dupla moradia dos sujeitos do campo e da cidade em Macaúbas – BA. Inspirado nas análises fundamentadas do livro “*O Capital*” de Karl Marx, surgiram abstrações sobre o conceito de espaço e natureza apresentado na obra “*O Desenvolvimento Desigual*” do autor Neil Smith que conduziram as pesquisas em forma de questionamentos. Nesse sentido, desenvolvemos uma investigação epistemológica sobre o sentido do conceito de espaço na geografia. Apesar das teorias seres introdutórias, não separam do método, tornando-as um debate necessário nas pesquisas geográficas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Este referencial teórico gira em torno do que é a essência do espaço, pois a aparência já está descrita historicamente pela Geografia. Na filosofia, questões são debatidas se o espaço é um ser em si, ou se, de outro modo, uma propriedade dos seres que os confere espacialidade. Adiantamos que essa discussão busca fornecer bases à questão geográfica sobre se o espaço é mercadoria e meios de produção, de um lado (sendo um ser), ou se as mercadorias são apenas dotadas de espacialidade.

Ao mencionar a compreensão da teoria do valor de Marx vinculada ao espaço, Moraes e Costa (1987) afirmam que são as duas questões simultâneas. Ou seja, tanto pode existir o valor do espaço quanto o valor no espaço. Sendo assim, para os autores o espaço pode tanto ser mercadoria como não ser. Isso dependeria da análise objetivada pelo pesquisador.

De outro modo, um pouco mais distante dos pensadores da geografia, esse debate também ocorreu no âmbito físico e filosófico. Russel (1957) afirma que para alguns



pensadores, como Newton, o espaço era considerado como absoluto, um vazio independente de corpo ou matéria. Já para outros pensadores, como Descartes, a extensão e volume geométricos é apenas uma característica dos corpos, sendo que o espaço, de outro modo, seria um adjetivo dos seres. Contudo, Russel afirma que “Com respeito ao espaço, a opinião moderna é a de que não é nem substância, [...] nem um adjetivo dos corpos extensos, [...] mas um sistema de relações, como Leibniz afirmava” (RUSSEL, 1957, s/p, grifo nosso). Ele ainda afirma que essa ideia veio a se consolidar na ciência e na filosofia apenas com as obras de Einstein, com a teoria da relatividade, que diz que “[...] a distância é entre acontecimentos, e não entre coisas, compreendendo tanto o tempo como o espaço” (RUSSEL, 1957, s/p, grifo do autor).

Com a necessidade de fazer um estudo sobre o desenvolvimento do conceito de espaço, Smith afirma que para falar sobre produção do espaço “[...] é necessário estar consciente das origens e significados da distinção entre espaço absoluto e espaço relativo. Na verdade, tais conceitos originam-se nas ciências físicas e na filosofia da ciência” (SMITH, 1988, p. 110). Dessa forma, ele traz um denso conteúdo, mas ainda introdutório, sobre o conceito de espaço na física e na filosofia, bem como sua relação com os conceitos de espaço social e geográfico.

Segundo Smith (1988, p. 120), apesar do tratamento social do espaço ter aparecido filosoficamente em Kant e ter sido reconhecido suas práticas na economia política clássica, é Emile Durkheim quem leva o mérito de ter criado o termo “espaço social”. Fazendo isso, ele afirmou que o espaço social era algo totalmente diferente do espaço físico, já que localizar pontualmente as relações sociais no espaço não implica nada sobre o espaço físico. “Um objeto ou uma relação pode ser bastante real, por exemplo, a classe trabalhadora, ou a relação salário-trabalho, mas colocá-los como pontos no espaço social não implica absolutamente nada sobre sua localização no espaço físico ou no espaço natural” (SMITH, 1988, p. 120, grifos nossos).

É a partir desse momento que Smith (1988) diferencia os termos espaço físico e natural. Apesar de ser sempre tratado enquanto “físico”, este espaço da ciência física é o espaço dos eventos naturais (da primeira natureza). Essa distinção surge com um novo conceito de espaço, o espaço geográfico.

Agora o espaço geográfico é algo novamente diferente. Por mais social que ele possa ser, o espaço geográfico é manifestadamente físico; é o espaço físico das cidades, dos campos, das estradas, dos furacões e das fábricas. O espaço natural, no sentido de espaço absoluto herdado, não é mais sinônimo de espaço físico, haja vista que o espaço físico, por definição, pode ser social (SMITH, 1988, p. 120, grifo do autor).



Contudo, o espaço geográfico nem sempre enfrentou essa contradição entre espaço físico e natural, bem como a relação destes com o social. A geografia positivista encarou a relação entre sociedade e natureza de forma, como era de se esperar, dicotômica: “de um lado, o espaço é dado, do outro lado a sociedade o usa; há, quanto muito, uma interação de domínios separados” (SMITH, 1988, p. 121). Essa concepção não avança da concepção do espaço absoluto, em que este seria a base, e o espaço relativo (social) existiria dentro do absoluto. Incógnitas teóricas que perpassam a interdisciplinaridade científica, ou remonta novamente a necessidade de mais vez questionar a realidade para consubstanciar introduções teóricas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Compreender a relação do espaço a partir do modo de produção é fundamental para iniciar e percorrer esse caminho. Isso porque precisamos desmistificar a ideia de que o espaço social é determinado, numa relação unilateral, pela sociedade. De certo, a produção da sociedade e a do espaço estão intimamente ligadas. Porém, “Não é verdade que o espaço e a sociedade ‘interagem’; é uma lógica histórica específica (a do acúmulo de capital) que guia a dialética histórica do espaço e da sociedade” (SMITH, 1988, p. 122). Assim, percebe-se que tanto a sociedade quanto o espaço estão determinados, em última instância, pela reprodução do capital e suas necessidades específicas para sua acumulação incontrolável.

Logo, no mesmo processo que o ser humano coletivamente produz e reproduz a sociedade, estão também produzindo o espaço em que vivem. “O espaço é produzido pelas relações sociais subordinadas ao modo de produção que sustenta a sociedade – sua infraestrutura econômica, a partir da qual se erguem as superestruturas ideológicas, políticas, jurídicas, culturais, etc.” (SILVA, 2001, p. 19). Se se muda as relações de produção gerais da sociedade, isso implica diretamente na organização do espaço produzido.

Segundo Smith (1988) diversas concepções de espaço evoluíram, desde sua limitação ao lugar enquanto percepção imediata dos indivíduos, passando pelo espaço absoluto newtoniano, pela concepção de espaço cartesiano e pelo espaço-tempo einsteiniano, até as teorias do espaço social relativo, positivista e humanista. Nessa esteira, encontra-se essa concepção influenciada pelo marxismo, apontada acima, de um espaço produzido pela prática social.



A preocupação [dos teóricos críticos de influência marxista] não era negar a objetividade do espaço geográfico, mas explica-lo como simultaneamente objetivo e produto de forças sociais [os positivistas o viam como objetivo, já os humanistas como meramente social]. Diferentes sociedades usam e organizam o espaço de modos diferentes e os diferentes padrões geográficos daí resultantes ostentam o sinal evidente da sociedade que usa e organiza o espaço. A forma espacial da cidade capitalista, por exemplo, é completamente diferente da forma da cidade feudal (SMITH, 1988, p. 122).

É justamente por isso que, no conto literário *A hora das bruxas* de Anne Rice (1994), ao empurrar o padre Louvier do telhado da igreja, Petyr van Abel sabe que ninguém o estava vendo, já que “Nenhum outro telhado se erguia mais alto que o da igreja”. Isso porque durante a Idade Média era proibido por lei qualquer construção maior que a igreja da cidade, que representava a figura santa em tijolos e janelas mais próxima do paraíso, supondo que este realmente existisse no céu. Provavelmente, se a história se passasse nos dias atuais, o lugar mais propício para esse ato seria o alto dos prédios que são os centros financeiros das grandes cidades, ou talvez um luxuoso prédio residencial. O poder da igreja foi substituído pelo poder do capital, assim como o próprio deus.

A concepção que se tem do espaço, logo, é produto das determinações históricas da relação entre a sociedade e natureza, que, na medida em que se desenvolve, desenvolve-se também a concepção que se tem de espaço. E, para Smith, é apenas introduzindo a concepção de *produzir* espaço que:

[...] a prática humana e o espaço são integrados no nível do "próprio" conceito de espaço. O espaço geográfico é visto como um produto social; nesta concepção, um espaço geográfico que é abstraído da sociedade torna-se uma "amputação" filosófica (SMITH, 1988, p. 123).

Quando se considera que é a própria atividade humana que produz espaço, une-se finalmente a sociedade com o espaço dentro da mesma lógica, e não mais como uma relação de causa e efeito. Sendo assim, aqui se encontra a possibilidade de superar de uma vez por todas a concepção defendida por autores como Raffestin (1993), de que espaço é algo meramente absoluto, palco das relações humanas. É possível perceber essa sua posição quanto ele afirma que:

Para um marxista, o espaço não tem valor de troca, mas somente valor de uso, uma utilidade. O espaço é portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, "dado" como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. "Local" de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o



objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Essa compreensão do que é o espaço perde totalmente de vista que é do ato humano de produzir que há a possibilidade da existência do espaço emergir, e que “Por suas ações, a sociedade não mais aceita o espaço como um receptáculo, mas sim o produz; nós não vivemos, atuamos ou trabalhamos ‘no’ espaço, mas sim produzimos o espaço, vivendo, atuando e trabalhando” (SMITH, 1988, p. 132).

Além de produzir espaço através do processo de trabalho, os seres humanos também são produzidos em decorrência das características do espaço que vivem. A organização espacial – bem como as esferas sociais da política, cultura, religião, educação, mídia etc. – determina em certos aspectos como a sociedade é produzida. O espaço é produto, mas também é condição dos seres sociais, estando em uma relação dialética, na qual, *em última instância*, as ações humanas predominam sobre as determinações espaciais.

Marx (2008, p. 207), em sua célebre máxima de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, afirmou que “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado”. Sendo assim, o espaço faz parte dessas circunstâncias, sendo determinante em certos aspectos para a produção do ser social. Como afirma Moreira (2013, p. 62), “[...] o espaço geográfico é parte fundamental do processo de produção social e da estrutura de controle da sociedade”. Logo, se o ser humano produz, através do trabalho, o seu meio, ele ao mesmo tempo cria outras potencialidades para si. Dessa forma, ao passo que o ser humano transforma produz espaço, ele transforma também a si mesmo. Para Lukács, a relação entre trabalho e ambiente (lembrando que ele não faz uma discussão do espaço propriamente dito) se mantém, obviamente, nessa relação dialética de desenvolvimento, para ele:

O momento da criação autônoma não apenas modifica o próprio ambiente, nos aspectos materiais imediatos, mas também nos efeitos materiais retroativos sobre o ser humano; assim, por exemplo, o trabalho fez com que o mar, que era um limite para o movimento do ser humano, se tornasse um meio de contatos cada vez mais intensos. Mas, além disso – e naturalmente causando mudanças análogas de função –, essa constituição estrutural do trabalho retroage também sobre o sujeito que trabalha (LUKÁCS, 2013, s/p).

Sendo assim, essa relação dialética entre produto e condição da sociedade dá ao espaço (ambiente, para Lukács) uma dinâmica de reconhecimento com os processos econômico-sociais, assim como o contrário também se mostra verdadeiro.



São as condições espaciais dadas que também, mas não só, ditam os limites objetivos existentes para os seres sociais se reproduzirem enquanto tais. As atuais condições gerais do espaço estão ligadas à produção capitalista. Consequentemente, se essa produção capitalista se estrutura na exploração do trabalho abstrato, toda a produção de valor de uso baseado nessa relação de assalariamento é subsumida à produção de valor de troca, de mercadoria; e, para Smith (1988), com o espaço não é diferente.

Para chegar nessa conclusão, o autor afirma que o desenvolvimento das “relações econômicas, tecnológicas, políticas e culturais” tornam o espaço cada vez mais irrelevante, já que as instituições que controlam essas relações também se tornam cada vez mais desligadas de uma “definição espacial intrínseca”. Assim, “[...] quanto mais a sociedade se liberta do espaço, mais o espaço pode ser transformado numa mercadoria, no seu sentido mais estrito” (SMITH, 1988, p. 127).

A afirmação de Smith, que o espaço realmente pode se tornar mercadoria, sustenta uma polêmica. Mas antes de adentrar nessa questão específica precisamos questionar se as propriedades do espaço são, de fato, valores de uso. Para discutir essa questão, Smith a resgata em Marx, que diz:

uma mudança material é efetuada no objeto do trabalho — uma mudança espacial, uma mudança de lugar... Sua existência *espacial* é alterada, e com isto ocorre uma mudança no seu valor de uso, desde que seja alterada a localização desse valor de uso. Seu valor de troca aumenta na mesma proporção em que a mudança no valor de uso exige trabalho (MARX apud SMITH, 1988, p. 128, grifo do autor).

Logo, seguindo esse raciocínio, a *existência espacial* é uma característica inerente à mercadoria; as *propriedades espaciais* são, nesse sentido, características de tal mercadoria, ou até, como afirma o próprio Smith, parte das suas *propriedades naturais*. A utilidade de um bem é “Determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem o mesmo” (MARX, 1983, p. 45-46). Além do mais, sabemos que o valor de uso de uma mercadoria apenas existe se serve para atender a uma necessidade humana. Se produzimos um bem pela metade – como um carro sem motor ou uma tinta sem caneta – ele não tem serventia alguma. Da mesma forma, se produzimos um bem e o depositamos onde ninguém irá consumi-lo, de nada adianta, já que “O valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo” (MARX, 1983, p. 46). É preciso que ele encontre espacialmente seu consumidor, e só assim ele poderá consumi-lo. Nesse sentido, o espaço em si não seria um valor de uso, mas forneceria uma propriedade natural aos valores de uso. Mas ainda resta saber se o espaço pode



ou não ser convertido em mercadoria. E podemos perceber essa questão em divergência em alguns autores.

Harvey (1980), também sobre bases marxistas, desenvolve sua teoria do uso do solo urbano, traçando uma relação próxima com a teoria do valor em Marx. Ele afirma que “O solo e suas benfeitorias são, na economia capitalista contemporânea, mercadorias” (HARVEY, 1980, p. 135). Logo, não é o espaço, em Harvey, que é tratado como mercadoria. De fato, ele aponta certas “propriedades espaciais” nessas mercadorias (solo e benfeitorias). Contudo, essas propriedades não são, em si, as próprias mercadorias.

De modo parecido, Silva (2001) critica diretamente essa concepção de espaço enquanto mercadoria defendida por outras autoras, dizendo que “Quem contém essa dupla determinação da aparência da mercadoria – valor de uso e valor de troca – é a terra como mercadoria e o espaço geográfico não pode ser reduzido ao fator terra” (SILVA, 2001, p. 14). E também ao tecer críticas à concepção de alguns autores sobre a valorização do espaço, diz que “Ao mesmo tempo em que os autores atribuem valor ao espaço dizem que ele não passa ‘de um mero receptáculo de processos sociais’” (p. 15)³.

A ideia de Silva (2001) de que “A terra passou a valer dinheiro, ter um preço, ter um valor de troca; tornou-se uma mercadoria específica do sistema” (p. 74) se aproxima com a de Harvey (1980) no sentido de não considerar o espaço em si, como faz Smith (1988), mas sim a terra/solo uma mercadoria (mesmo que essa dualidade esteja mais explícita em Silva).

Porém, concebendo o espaço enquanto mercadoria, ele também é tratado enquanto meio de produção. Nesse sentido, Smith (1988, p. 133, grifo nosso) afirma que “O caso mais evidente em que *o espaço geográfico* funciona como um meio de produção está no transporte industrial. Aqui, *a distância* entre a origem e o destino é um meio de produção”.

Para se valer dessas afirmações acima, o próprio autor também se baseia em uma passagem de Marx, na qual afirma que:

Além das coisas que mediam a atuação do trabalho sobre seu objeto e, por isso, servem, de um modo ou de outro, de condutor da atividade, o processo

³Apesar das críticas diretas da autora à essa concepção, em um outro momento do mesmo livro ela afirma que: “É pela realidade da força de trabalho como mercadoria [...] que *o espaço geográfico* – que é social –, *é mercadoria* e ao mesmo tempo é humanizado” (SILVA, 2001, p. 55, grifo nosso). A autora se mostra controversa com seu posicionamento. Apesar disso, seguimos utilizando seus argumentos que são críticos à concepção de espaço enquanto mercadoria, no intuito de apresentar o debate, já que ela os defende em mais momentos e com mais ênfase.



de trabalho conta, em sentido lato, entre seus meios com todas as condições objetivas que são exigidas para que o processo se realize. Estas não entram diretamente nele, mas sem elas ele não pode decorrer ao todo ou só deficientemente. O meio universal de trabalho desse tipo é a própria terra, pois ela dá ao trabalhador o *locus standi* e ao processo dele o campo de ação (*field of employment*) (MARX, 1983, p. 151, sublinhados nosso, itálicos do autor).⁴

Essa compreensão de espaço apresentada por Smith mescla as concepções de espaço absoluto – concepção newtoniana que ele mesmo critica no seu texto⁵ – com a de espaço matéria/objeto, sendo ora uma distância, ora mercadoria, ora meio de produção. O próprio Marx deixa claro na passagem acima que está falando de *condições objetivas*, da *terra*. Inclusive, continuando a passagem citada por Smith, Marx (1983) continua dizendo no mesmo parágrafo – em uma parte relegada por Smith – que “Meios de trabalho desse tipo, já mediados pelo trabalho, são por exemplo edifícios de trabalho, canais, estradas etc.” (MARX, 1983, p. 151). Logo, Marx não está falando que uma distância geométrica e absoluta é meio de trabalho, mas sim produtos do trabalho utilizados para manusear a mercadoria espacialmente. A própria terra citada por ele não é a terra como a encontrada na natureza, e sim a terra trabalhada, preparada para o processo de trabalho. Logo, parece contraditório defender, a partir da teoria de Marx, como faz Smith (1983), que o espaço (enquanto uma distância ou um objeto) se configurasse como o próprio objeto de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pode adiantar enquanto resultados dessas discussões é que no processo histórico de desenvolvimento da ciência geográfica a crítica sobre a concepção de espaço surgiu sob influência da fenomenologia. A geografia humanista, ao compreender

⁴ Mesmo que Smith (1988) use a referida citação no seu livro, optamos por usar a citação diretamente de Marx, do livro *O Capital*, pois possui uma melhor tradução ao texto original. Na versão do livro de Smith (1988, p. 134) os termos *objeto* (do trabalho) e *condições objetivas* são trocadas por, respectivamente *sujeito* (do trabalho) e *objeto*. Contudo, apesar dessas alterações poderem alterar a compreensão da totalidade da passagem, não afetam diretamente o que pretendemos extrair dela.

⁵ “Hoje, no avançado mundo capitalista, todos nós concebemos o espaço como vácuo, como um receptáculo universal no qual os objetos existem e os eventos ocorrem, como um quadro de referência, um sistema coordenado (juntamente com o tempo) em que toda realidade existe. [...] O espaço é simplesmente um dado universal da existência” (SMITH, 1988, p. 111).



o espaço, “[...] rejeitou a exclusividade e as pretensões de objetividade da ciência positivista, e afirmou a importância dos modos subjetivos de conhecimento” (SMITH, 1988, p. 121). Contudo, essa perspectiva se voltou para a compreensão do espaço geográfico enquanto espaço social, em divergência do espaço físico.

A concepção que busca explicar o espaço como “[...] simultaneamente objetivo e produto de forças sociais” (SMITH, 1988, p. 122) surge das bases filosóficas marxistas, mas se revela um termo muito vago nestas, tendo em vista que esse termo não foi sequer desenvolvido dentro da teoria clássica do marxismo. Nas poucas vezes que algo parecido aparece nas obras de Marx, é colocando o espaço enquanto distância, enquanto localidade de algo (dos meios de produção, das mercadorias); e a tentativa de converter essas passagens, ou até mesmo sua teoria, em algo mais complexo têm levado a ciência geográfica, em nossa análise, ao fracasso epistemológico.

REFERÊNCIAS

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**, v. 2. Versão e-book. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital**: Crítica à economia política. Volume 1, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. O 18 brumário de Luís Bonaparte. In: **A revolução antes da revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MORAES, Antônio Carlos Robert ; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia crítica: a valorização do Espaço**. 4ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**. São Paulo: Contexto, 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

RICE, Anne. **A hora das bruxas**. v. 1. Versão e-book. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

RUSSELL, Bertrand. **A história da filosofia ocidental**. Versão e-book. São Paulo: Companhia editora nacional, 1957. Disponível em <<http://lelivros.stream/book/baixarlivro-historia-da-filosofia-ocidental-bertrand-russell-em-pdf-epub-e-mobi-ou-leronline/>>.

ROCHA, Fátima; LEAL, Victor. Trabalho e valorização do espaço. In: **Trabalho, mobilidade e produção do espaço na relação campo-cidade**. [Recurso eletrônico] /organizadores, Suzane Tosta Souza, Jânio Roberto Diniz dos Santos, Sócrates Oliveira



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

GEOGRAFIA

5ª EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

Menezes. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2020. Disponível em
<<http://www2.uesb.br/editora/?p=2363>>.

SILVA, Lenyra Rique da. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo:
Contexto, 2001.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.